

Dossiê SIMPORI 2022 – Volume 12, 2023.

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ “ORDEM GLOBAL E CRISE: PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS NO SÉCULO XXI”

O Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais (SIMPORI) é um evento anual que alterna sua organização entre dois programas, o PPGRi da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o programa San Tiago Dantas, das universidades UNESP, UNICAMP e PUC-SP.

O SIMPORI engloba estudantes de pós-graduação em todo o país, não somente de Relações Internacionais, mas também de outras disciplinas, para refletir sobre os problemas globais atuais e sobre pesquisas internacionais que estão sendo levadas adiante pelos estudantes nas mais variadas áreas. Entre elas, as áreas temáticas que foram compreendidas pelo Simpósio em 2022 foram: Análise de Política Externa; Economia Política Internacional; Regionalismo e Integração Regional; Política Internacional, Cultura e Instituições; Direito Internacional e Direitos Humanos; Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Estudos da Paz; Teoria das Relações Internacionais; Feminismos, Gênero, Raça e Sexualidade; Migração e Refúgio; Meio ambiente e mudanças climáticas; e, por fim, Violência política e mobilizações sociais.

As revistas *Mural Internacional* e *Cadernos NEIBA* cooperam na organização do SIMPORI (que é organizado inteiramente pelos e pelas estudantes), publicando uma seleção de artigos apresentados em cada uma das edições do evento. Tais artigos são divulgados em ambas as revistas em forma de dossiê. Nesse contexto, o presente dossiê, intitulado **“Ordem global e crise: perspectivas e alternativas no século XXI”**, é fruto da XI edição do SIMPORI, que ocorreu entre os dias 16 a 18 de novembro de 2022, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, foram apresentados mais de 40 artigos de pesquisas em andamento de estudantes da pós-graduação de todo o país. Dentre estas, inicialmente foram selecionados 18 artigos, dos quais acabaram sendo publicados 9.

Apesar de ser um único dossiê, ambas as revistas dividem entre elas os conteúdos, de acordo com o grau de titulação dos autores. Na *Mural Internacional* são publicados os artigos provindos de autores e autoras que tenham como mínimo de escolarização o título de mestrado; ao passo que na revista *Cadernos do NEIBA*, são publicados os trabalhos cujos autores não alcançaram tal nível de escolaridade.

Assim, o primeiro artigo que compõe o dossiê **“Ordem global e crise: perspectivas e alternativas no século XXI”** se trata de uma pesquisa teórica de índole histórico-pessoal, posto que em *Os discursos iniciais do (neo?) Integralismo: análise em profundidade sobre um discurso de Plínio Salgado em 1961* **Sergio Schargel** analisa o conteúdo do discurso do máximo expoente do integralismo brasileiro à luz de experiências atuais de práticas neo-fascistas, como pode ser o bolsonarismo. O integralismo representado pelo discurso de Salgado era, na época, o maior movimento de matriz fascista na América Latina. Ligado às classes médias, após 1945 tentou se aproximar ao Estado Novo e, em 1955, se candidatou à presidência obtendo perto do 8% do eleitorado, um partido-movimento que pode ser considerado, então, antecedente do bolsonarismo não somente pelo posicionamento de direita extrema, mas também pelas práticas pendulares de sua principal figura, e seus posicionamentos políticos, por exemplo, em torno ao autoritarismo e anti-comunismo. O autor ressalta, porém, que movimentos nacionalistas autoritários de direita existem no país desde muito antes do bolsonarismo, e analisa um dos seus exemplos mais importantes; sua principal conclusão é que tais movimentos tendem a se adaptar às circunstâncias políticas do momento, ganhando ou perdendo apoios, mas sem deixar de existir no espectro político brasileiro.

Seguindo com os aportes teóricos feitos pelos jovens pesquisadores, publicamos o artigo de **Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira** e **Lucca Giannini Palermo Moreno Belfi**, cujo título é *Nova Westfália: Apontamentos sistêmicos para uma hegemonia interdependente*. O trabalho versa especificamente sobre a perspectiva neogramsciana, a empregando com o intuito de interpelar sobre os rumos da ordem mundial na atualidade, pautada pelo que chamam de “transição” ou “reciclagem” hegemônica. Partindo de que a ideia da transição hegemônica vem sendo articulada desde a década dos 80, tendo a guerra do Vietnã como típico exemplo empírico, vários têm sido os estudos que argumentam tal transição ao longo deste tempo. Os autores, pretendem analisar a atualidade dessa discussão a partir da perspectiva crítica, o que resulta em um artigo teoricamente denso e original. A hipótese do trabalho, testada por meio da análise de dados empíricos de atualidade, como as consequências do COVID-19 e a guerra na Ucrânia, argumenta que as mudanças sistêmicas que ocorreram nas duas últimas décadas teriam marcado a alteração da hegemonia unipolar para uma hegemonia interdependente entre potências do Norte e do Sul Global. De tal forma, por conta da existência da hegemonia interdependente, os Estados se entrelaçam em um processo de co-constituição em torno da constante formação e reformulação da ordem internacional. O artigo finaliza na ideia de que uma “nova Westfália” seria necessária para refundar o sistema internacional, e discute, sinteticamente, as possibilidades de ser em torno da reforma da ONU ou de outro esquema institucional.

Logo em seguida, temos *(I)mobilidade Humana e Migrações de Crise: aporte teórico para o confinamento forçado de pessoas a partir da problemática colombiana* de **Raquel Araújo De Jesus** no qual se exploram as diferentes visões teóricas sobre a questão da mobilidade humana e suas consequências. A partir do estudo do caso colombiano, a autora nos introduz no debate acerca do deslocamento forçado de pessoas num contexto histórico de crise humanitária. Em primeiro lugar, aborda como é tratado o assunto nos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais, analisa sua interseccionalidade com os direitos humanos e problematiza a tradicional dicotomia da “escolha” versus a “compulsoriedade” para o deslocamento. Posto que os limites teóricos entre a (não) voluntariedade são difíceis de serem identificados de forma dicotômica, devido a elementos subjetivos imbricados na tomada de decisão por migrar ou permanecer. Tradicionalmente os estudos sobre migrações têm privilegiado o assunto do refúgio, enquanto marginalizam a análise dos deslocamentos forçados, segundo a autora. Por sua parte, a mídia trata a questão migratória como “crítica”, reforçando os estereótipos e a xenofobia ao colocá-la como problemática para os países receptores; além de reforçar o discurso de “culpabilidade” da pessoa migrante e vulnerar o seu direito de migrar, consagrado na Declaração Universal de Direitos Humanos e outros instrumentos de direito internacional. O artigo trata do caso colombiano por ser um dos mais importantes para entender como podem ser vulnerados os direitos das pessoas migrantes, também por mantê-las forçadamente em um território (além de forçá-las a migrar ou se deslocar, como tradicionalmente). A crise humanitária na Colômbia possui intersecções étnicas/raciais, de gênero, classe e idade que se contextualizam nas dinâmicas internacionais/globais, por tais motivos o caso contribui teoricamente para o subcampo das “migrações de crise”, assim como também, para os estudos de guerra e paz; particularmente, o conceito de “auto-confinamento” visto como estratégia de ação coletiva para a proteção comunitária, ou como uma forma de resistência pela vida, tem potencial para transformar as agendas de pesquisa no campo de estudos da atualidade.

Aqui, a questão teórica deixa de ser o centro focal dos artigos publicados no dossiê da Mural Internacional. Assim, em *A estratégia de diplomacia cultural do governo Lula na parceria estratégica Brasil-Reino Unido: a dimensão simbólica como vetor da projeção internacional do Brasil entre 2003 e 2010*, exercício feito por **Marcello de Souza Freitas**, se busca dar respostas para as mudanças acontecidas durante os primeiros governos de Lula com relação a uma das parcerias mais importantes para o Brasil, a do Reino Unido. Em seu percurso, o autor demonstra como o governo Lula foi capaz de construir uma estratégia abrangente focada na diplomacia cultural. Apesar de ser, esta última, um rasgo característico da diplomacia

brasileira desde o século XIX, marcado por características peculiares como: inconsistências, dificuldades orçamentárias, senso de oportunidade, criatividade, resiliência e nacionalismo cultural. Para tanto, o autor emprega o conceito de “Poder Simbólico”, de Pierre Bourdieu, aliado ao uso da episteme construtivista na análise; buscando evidenciar o papel da diplomacia cultural como vetor da política externa dos governos de Lula e como meio de instrumentalização da dimensão simbólica em prol dos interesses brasileiros a partir da parceria com o Reino Unido. O artigo conclui, em linhas gerais, que a estratégia foi implementada com eficiência, o que permitiu ao governo brasileiro aprofundar e alterar os termos da relação bilateral em favor dos interesses do país.

Findando a parte do dossiê referente à Revista Mural Internacional, o artigo *Política Econômica e Relações Exteriores: os limites da inserção internacional do Brasil (2003-2016)*, elaborado pelos autores **Marcos do Vale Araujo** e **João Felipe de Almeida Ferraz**, realiza uma análise acerca do período que englobou os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Os pesquisadores questionam-se sobre: até que ponto houve compatibilidade das propostas do projeto de política externa levado a cabo pelos governos Lula e Dilma (2003-2016) com as dinâmicas materiais e ideacionais estruturantes do cenário doméstico brasileiro? Assim sendo, resgatam o debate acerca do desenvolvimento do país, defendendo que a política externa brasileira é instrumentalizada como vetor para o desenvolvimento. Partem do argumento de que durante as administrações supracitadas, não houve compatibilidade entre a atuação em política externa e o padrão de desenvolvimento, de grau primário-exportador, que foi adotado no nível doméstico, bem como demonstram como tal descompasso se tornou mais evidente a partir do segundo mandato de Dilma. Concluem, como parte de seus resultados parciais, que a decadência do projeto de política externa nesse período demonstra a baixa coesão entre as propostas de tal política pública e o modelo de desenvolvimento adotado, e que a busca por uma política externa à altura das potencialidades da economia do país, continua sendo distante da realidade.

A parte relativa à Revista *Cadernos NEIBA* do dossiê tem início com a pesquisa *A guerra é um camaleão: a ciberguerra sob a ótica clausewitziana*, de **Juliana Zaniboni de Assunção**. Em tal trabalho, a pesquisadora apresenta aos leitores uma das discussões mais atuais das Relações Internacionais, embora este não deixe de ser, também, um dos temas clássicos da disciplina. Tal artigo é interessante e pertinente por trazer a teoria de Clausewitz sobre a guerra, que é habitualmente empregada para explicar conflitos tradicionais, como as Guerras Mundiais, bem como outros fenômenos não convencionais, como terrorismo e

guerras de guerrilha e por demonstrar que tal teoria também pode ser útil para a análise de um fenômeno recente, a ciberguerra. O artigo parte de quatro argumentos, os quais possuem o intuito de averiguar a plausibilidade de compreender a ciberguerra por meio da teoria de Clausewitz, que são: a guerra nunca é um ato isolado; um ato de guerra precisa ser violento; um ato de guerra sempre é instrumental; a natureza política da guerra precisa receber atenção. Em termos gerais, conclui-se que é plausível o uso da ótica clausewitziana para justificar o fenômeno da ciberguerra, afinal, como sublinha Clausewitz, “guerra, então, é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto” (Clausewitz, 2014, p. 30). Porém, é necessário ter em mente que nem todo ciberataque pode ser enquadrado como guerra e compreendido dentro da lógica de disputa de atores.

Os temas relacionados com a guerra, um assunto clássico das Relações Internacionais, continuam sendo tratados no trabalho de **Jhonathan Edvar Mattos Mariano** e **Ana Caroline De Sousa Sampaio**, cujo título é *Nova Guerra Fria: a nova balança de poder e as relações sino-americanas no século XXI*. Os autores debatem acerca das relações entre China e Estados Unidos na contemporaneidade, pautadas pela concorrência em torno da hegemonia no sistema internacional. Tal relação bilateral tem despertado a atenção dos(as) especialistas para dar resposta ao questionamento acerca da transição hegemônica e, portanto, é de relevância para a área. Reforçam o argumento de que o mundo encontra-se em um estágio de bipolaridade e não de multipolaridade, ao passo que está passando por um processo de transferência hegemônica. Ademais, investigam a viabilidade do discurso sobre uma “Nova Guerra Fria”, ao olhar para os campos militar, econômico e geopolítico do relacionamento entre a China e os Estados Unidos. Frisam que, apesar da interdependência econômica existente entre esses dois pólos, a China permanece sendo caracterizada como uma ameaça ao bloco ocidental, o que é representado pelas terminologias de polarização de Donald Trump, “mundo livre e o autoritarismo”, e de Joe Biden, “democracia e autoritarismo”. Estas caracterizações, que dividem, então, o mundo entre o pólo certo e o errado a ser seguido, retoma a disputa ideológica existente à época da Guerra Fria, voltada à bipolaridade do sistema internacional. Assim sendo, concluem, de maneira preliminar, que o aguçamento das disputas bilaterais, sendo as arenas econômica e diplomática os principais focos de rivalidades, aquecem a ideia supracitada. Afinal, tem ocorrido uma escalada de tensões, em que os dois Estados disputam entre si em torno do modelo de governança global, além de pela influência ideológica, econômica e militar no mundo.

Dando continuidade à presença de trabalhos que versam acerca da política externa dos Estados Unidos, o artigo *Governo Trump e sua contestação às normas do regime internacional de direitos humanos*, escrito por **Lucas Damasceno Tomazella**, analisa a postura polêmica que o anterior governo estadunidense implementou quanto às principais pautas globais em defesa e promoção dos direitos humanos. A investigação demonstra como o país, historicamente, ainda que de forma controversa, era tido como um líder no que se refere ao regime internacional de direitos humanos. No entanto, como é demonstrado, o governo Trump tomou medidas que foram opostas a tal posicionamento do Estado. Nessa linha, o autor emprega a corrente teórica da contestação de normas para identificar como se deu e quais foram os objetivos do que denomina-se como o “movimento contestatório” de Trump, bem como seus possíveis efeitos internacionais. Este movimento se dá com o aprofundamento da ideologia anti-globalista que, no que se refere ao regime internacional de direitos humanos, é exemplificado pela contestação de princípios, regras e instituições estabelecidas, como é o caso da busca pela redefinição de parâmetros internacionais na Declaração de Consenso de Genebra. Tendo este panorama em consideração, o artigo conclui que a contestação é realizada com diferentes graus de intensidade, em que, ora é questionada a aplicabilidade da norma, ora sua validade, nos mais diversos âmbitos internacionais. Tais movimentos indicam o desejo de Trump pela existência de um mundo menos globalizado, além da ascensão de novas normas, que fossem afeiçoadas a ideologia conservadora defendida pelo então presidente.

Finalmente, em *Direito do comércio internacional e estratégias das grandes corporações de Saúde: uma análise do papel estatal no processo de financeirização da vida*, **Tatiana Vasconcelos Fleming Machado** e **João Gabriel Danon Tavares** nos comentam de sua pesquisa acerca dos problemas para a saúde pública que pode acarretar o controle cada vez maior de empresas de tecnologia transnacionais nos processos de tomada de decisões a respeito de políticas de saúde global. Segundo a pesquisa, a dinâmica crescente de financeirização e a demanda exacerbada por dados, concentra cada vez mais o poder de decisão em oligopólios financeiros e de tecnologia na saúde, que dirigem de acordo com seus interesses a política de saúde global. Deixando assim, pouca margem de manobra aos governos que, por sua vez, devem ser atores protagônicos na coordenação de impactos indesejados dos algoritmos em saúde, como por exemplo, o viés de seleção de pacientes. O trabalho conclui que é necessária a atuação do Estado para gerar um contra movimento ao presente processo e poder controlar tal situação, assim como também investimentos contínuos, para não retardar mais ainda a sua chegada na carreira pela financeirização e a algoritmização da saúde impulsionados pelos megagrupos. A saúde pública é objeto transversal de várias políticas públicas,

sobretudo das sociais, pelo que a absorção tecnológica nesse setor impacta na estrutura social dos países. Os Estados estão desafiados no desenho de tecnologia em saúde, apresentam capacidades e potencialidades distintas de inovação, dependendo da sua trajetória e desenvolvimento. Contudo, a financeirização e a algoritmização planteados no artigo como problema, podem ameaçar a oferta de serviços na saúde pública, já que a alta concentração de poder de mercado dos megagrupos de saúde deixa aos Estados com a necessidade de regulamentar internacionalmente e dentro do sistema multilateral, a influência de megagrupos de saúde na oferta global.

Convidamos os leitores e leitoras a revisar o dossiê correspondente ao SIMPORI 2022, tanto na [Mural Internacional](#), quanto nos [Cadernos do NEIBA](#). Ademais, estendemos o convite para participarem da nova edição deste evento, que se acontecerá entre os dias 6 a 9 de novembro de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, com o título [20 anos de transformações nas Relações Internacionais: caminhos e alternativas epistêmicas](#).

Stephanie Braun Clemente

Lorena Granja Hernández